

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL MINERAL - CT- MINERAL

Data: 23 de outubro de 2008

Horário: das 09:30 às 13:00 horas

Local: Centro de Convenções Brasil XXI - Brasília-DF

1 – Presentes

1.1 – Membros do Comitê Gestor

Guilherme Henrique Pereira – Presidente do Comitê – Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
Carlos Nogueira da Costa Júnior – Representante do Ministério de Minas e Energia - MME
Miguel Antônio Cedraz Nery – Representante do Órgão Regulador – Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)
José Oswaldo de Siqueira – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

1.2 – Equipe técnica e convidados

Aldo Pinheiro – MCT/SEXEC/ASCOF
Elzivir Azevedo Guerra – MCT/SETEC/CGTS
Fernando Antônio Freitas Lins – MME/SGM
Márcia Ribeiro Ramos – MCT/SEXEC/ASCOF – Secretária Técnica
Murilo Azevedo Guimarães – FINEP/Secretário Técnico
Thaís Machado Scherrer – CNPq/ Secretária Técnica

2. Pauta da Reunião

1. Abertura
2. Proposta orçamentária para 2009 – Plano de Investimento dos Fundos Setoriais
3. Detalhamento das Diretrizes e Prioridades para aplicação dos recursos em 2009 – Ações verticais.
4. Outros Assuntos

3 – Andamento da Reunião

1 – Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Dr. Guilherme Henrique Pereira, abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, informou que o Fundo Mineral terá mais recursos em 2009 do que em 2008, apresentando uma taxa de crescimento melhor. Porém, no que se referia à demanda de pesquisa na área do setor mineral, avaliou que o Fundo dispunha ainda de poucos recursos. Comentou, também, que a disponibilidade para o próximo ano será da ordem de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). O representante do DNPM, Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, parabenizou o Presidente do Comitê por não disponibilizar os recursos para ações transversais, uma vez que o CT-Mineral tem como característica ser transversal por natureza, contribuindo com todas as cadeias produtivas. Informou, também, que o DNPM, após mais uma jornada de luta nos tribunais, havia ganhado a ação referente à questão do transporte e do/de seguro contra o sindicato de indústrias e, mais uma vez, a posição havia sido ratificada pelo STF. Segundo ele, essa decisão permitiria ao DNPM cobrar os valores não pagos devidamente, algo da ordem de 3 bilhões de reais, e permitiria a continuação do processo de inscrição em dívida ativa. O representante do MME, Dr. Carlos Nogueira, registrou crítica já feita na reunião anterior quanto a uma ação

transversal de 2007, sob responsabilidade da FINEP, a qual havia sido implementada à revelia pela agência, não tendo sido informado quem a autorizou. Complementou que, à época, havia encaminhado ofício à agência pedindo esclarecimentos e, não tendo recebido informações, solicitou novamente ao representante da FINEP que verificasse o que havia acontecido. Em seguida, o Presidente deu encaminhamento à aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária. O representante do DNPM solicitou alteração no último parágrafo do item 3.6, substituindo “que repercutiram no orçamento financeiro do Fundo Setorial Mineral” por “que permitirá ao DNPM inscrever esses valores na dívida ativa e que poderá repercutir proporcionalmente no orçamento financeiro do Fundo Setorial Mineral”.

2 – Detalhamento das Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos em 2009 – Ações Verticais

O Presidente solicitou à representante do CNPq que fizesse exposição sobre a situação atual do Edital MCT-CT Mineral/CNPq nº 56/2008. Thaís Machado informou que haviam ocorrido alguns problemas com o jurídico do CNPq, mas que o prazo para apresentação das propostas havia transcorrido dentro do previsto, tendo se encerrado no dia 22 de outubro, com 140 propostas, sendo 90 na chamada 1 e 50 na referente aos sistemas produtivos locais. Segundo ela, a demanda bruta havia alcançado 43 milhões (vide Anexo II). Dando prosseguimento à discussão, Dr. Carlos Nogueira falou da dificuldade na formação de recursos humanos no setor mineral devido à falta de incentivo por parte das empresas em liberar os seus colaboradores para fazer mestrado ou doutorado. Dr. Elzivir Guerra salientou que o Plano de Ação do MCT tem como meta, até 2010, a concessão de 600 bolsas de iniciação científica e tecnológica, 65 de mestrado e 35 de doutorado.

3 – Proposta orçamentária para 2009 - Plano de Investimento dos Fundos Setoriais

O Presidente solicitou a Elzivir Guerra que apresentasse a sugestão de Plano Anual de Investimentos para 2009, elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico com base no projeto de pendências tecnológicas do setor mineral. Ele explicou que o valor aprovado para o CT-Mineral para 2009 era de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), conforme PLOA. Após as deduções relativas à taxa de administração da FINEP (2%), à taxa de administração e despesas operacionais (3,5%) e aos compromissos de exercícios anteriores, restaria um saldo de 6.340.000,00 (seis milhões, trezentos e quarenta mil reais) para ser alocado em novas ações. Decidiu-se, então, que o recurso seria investido da seguinte maneira:

- Ação A1 – R\$ 4.040.000,00 (quatro milhões e quarenta mil reais) para uma ação vertical de P, D & I em Geologia e Tecnologia Mineral, com foco em duas linhas temáticas: i) Projeto Tendências Tecnológicas e ii) Tecnologias para Sistemas Produtivos Locais, sendo R\$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais) para 2009 e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para 2010; e
- Ação A2 – R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) para uma ação vertical de apoio ao programa de avaliação de conformidade (normalização, rede de laboratórios de ensaios e análise, certificação, credenciamento e acreditação) dos segmentos do setor mineral de rochas ornamentais e de gemas, jóias e afins. Foi aprovado investimento de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para 2009 e o mesmo valor para 2010.

Devido a um problema envolvendo a divulgação, inclusive em âmbito internacional, de que o granito brasileiro polido liberaria radônio e, conseqüentemente radioatividade ambiental, o representante do DNPM fez uma ressalva na ação A2 e sugeriu a formação de um grupo de estudo que emitisse selos de garantia para a rocha brasileira.

- Ação B1 - R\$ 21.500.000,00 (vinte e um milhões e quinhentos mil reais) para uma ação de Apoio à Formação de Recursos Humanos na área de Geologia e Tecnologia Mineral com foco em duas linhas de ações: i) formação de pessoal em nível de pós-graduação para o setor empresarial de geologia, mineração e transformação mineral e ii) formação de pesquisadores na área de conhecimento de geologia e tecnologia mineral, sendo aprovada a seguinte distribuição dos recursos: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para 2009 e R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) para os anos de 2010 a 2014.

O representante do DNPM registrou a importância de uma parceria para implementar um programa de mestrado profissionalizante com duração de um ano e sugeriu que fosse verificada junto ao

CNPq a possibilidade de destinar algum recurso para custear a despesa de pesquisa no edital. Foi constituído grupo para elaborar e formular programa-piloto de mestrado profissionalizante e termo de referência dessa ação.

4 - Deliberações

1. A aprovação dos termos de referência e dos editais das ações verticais será feita por meio de consulta eletrônica aos membros do Comitê Gestor, ficando sua elaboração sob a responsabilidade da SETEC/ MCT;
2. O Comitê Gestor designou o Sr. Fernando Antônio Freitas Lins como responsável pelo acompanhamento da implementação das ações verticais 2.1, 2.2 e 2.3 do CT-Mineral;
3. Instituir grupo para elaborar estudo sobre inserção no Plano de Investimentos de ação de apoio à difusão, divulgação e popularização de geologia e tecnologia mineral;
4. Solicitar à ASCOF a solução dos problemas ocorridos no acesso dos membros do Comitê Gestor ao sistema SigFS e o reenvio para todos de orientação e explicações sobre o funcionamento sistema;
5. Estudar, juntamente como CNPq, a possibilidade de lançar um edital específico para a realização de eventos no setor mineral.

5 – Assinaturas

Guilherme Henrique Pereira
Presidente do Comitê e Representante do MCT

Carlos Nogueira da Costa Júnior
Representante do MME

Patrícia Freitas Pinto
Representante da FINEP

Miguel Antônio Cedraz Nery
Representante do DNPM

José Oswaldo de Siqueira
Representante do CNPq